

CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA QUANTITATIVA NO BRASIL: CRÍTICA DA GEOGRAFIA CRÍTICA OU A CARICATURA DE UMA CARICATURA?

Astrogildo Luiz de França Filho
Doutorado em andamento em Geografia Humana
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo
(FFLCH/USP)
Professor Assistente da Faculdade de Formação de Professores
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
(UERJ – São Gonçalo)
astroga@usp.br

LAMEGO, Mariana. Práticas e representações da geografia quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura/Mariana Lamego. – 2010. 247 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2010.

A compreensão da comunidade científica geográfica ou do campo científico, usando uma terminologia bourdieana, implica, entre outros aspectos, compreender o processo de construção de sua mitologia. Significa entender como uma dada disciplina ou um dado conjunto delas desenvolveu sua própria história, sua identidade frente às demais ciências, suas próprias instituições e seus canais de diálogo.

A Geografia no Brasil, pelo menos aquela que se convencionou enquanto ciência institucionalizada, acadêmica, não escapou a isso. A sua existência relativamente recente permitiu a geração de certos episódios que são difundidos ao longo dos anos por meio dos cursos de graduação e dos eventos que são organizados pelo país, alguns deles marcadamente espinhosos.

Para a autora, Mariana Lamego, tem-se inclusive, a formação do que ela chamará de caricaturas nessa história da Geografia, que nela são geradas e que funcionam a ponto de se constituírem como verdadeiros mitos cujo principal problema está na interdição à reflexão e ao debate sobre os eventos que o geraram, causando, permitindo assim, a criação de lugares comuns que se reproduzem dentro da comunidade científica. Nesse sentido, o próprio percurso da autora acaba por confrontá-la a uma dessas caricaturas desde sua dissertação de mestrado realizada na UERJ sobre a ligação entre os quantitativos e o positivismo lógico do Círculo de Viena.

Nesta tese seu interesse singular pela história da Geografia Quantitativa, também chamada de Geografia Teorética, dá-se em função do que ela entende como a sua caricaturização, uma certa distorção dos discursos produzidos na crítica aos quantitativistas,

Building the way

que acabou por desenhar uma espécie de versão oficial sobre esse período específico da Geografia Brasileira, sobretudo a partir da chamada Geografia Crítica, a sua antagonista nesse processo. É, sobretudo, o processo de desconstrução dessa dada caricatura que a motiva e que a faz retomar a história desse período, por ela considerado ainda obscuro na Geografia do Brasil.

Os pressupostos teóricos caros para a autora advém da linha de investigação das *Social Sciences* (SS), e de dois dos seus autores: Livingstone e Latour. Deste último, Lamego retira a seguinte questão: quando se inicia e quando se fecha a *caixa preta da Geografia Quantitativa*?

O ano de 1969 é o escolhido como o início da geografia quantitativa no Brasil e a porta para o seu entendimento. Neste ano, tem início as reuniões semanais do grupo de professores de Rio Claro, estopim para a criação da Associação de Geografia Teorética e é também o ano que marca o início da chamada “Era Faissol” no IBGE, em referência ao personagem que é reconhecido como o autor mais representativo da geografia quantitativa, daí ser o ano em que, para a autora, é aberta a caixa-preta da geografia quantitativa no país. Em compensação, o ano de 1978 é tido não como o ano final para os quantitativistas daí é o ano em que sua caixa-preta se fecha.

A segunda questão para a autora é: em que locais esse processo se desenhou, de que forma e quais os seus protagonistas? Para isso, Lamego se utiliza das intervenções de Livingstone sobre a ideia de uma geografia da ciência, ou seja, qual o papel dos lugares tem uma participação fundamental no processo de produção de definição dos saberes científicos. É a partir daí que seu olhar se desloca para a identificação dos dois pólos que se tornaram seus epicentros da Geografia Quantitativa no Brasil, a saber: o Departamento de Geografia da UNESP – Campus Rio Claro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e seus principais atores, respectivamente, Antonio Christofolletti e Speridião Faissol.

Em se tratando da entrada da Geografia Quantitativa *ibegeana*, a autora é categórica sobre o ano de 1969 ao afirmar que:

A aproximação com a geografia anglo-americana por meio da visita de geógrafos estrangeiros, a grande mudança administrativa, mudanças nos cargos de chefia, ascensão de novos grupos são alguns desses elementos cujos desdobramentos possibilitaram a adoção e a difusão da geografia quantitativa no IBGE. (LAMEGO: 2010, p. 91)

Sobre os quantitativistas ibgeanos, Lamego destaca alguns pontos que são importantes. O primeiro deles vem do fato de, apesar de ser reconhecido com seu protagonismo, Faissol não foi o único do IBGE a se interessar e aplicar as técnicas quantitativas. Destacam-se as figuras de Pedro Geiger, Fany Davidovich, Marília Velloso Galvão, Olga Maria Buarque de

Building the way

Lima, Elza Keller, Roberto Lobato Corrêa, entre outros, destacando este último como orientador da referida tese. Cada um destes deu as suas especificidades decorrentes de seus temas de estudo, fornecendo ao IBGE um quadro bastante heterogêneo. Muito distante de um quadro hegemônico, a Geografia Quantitativa, de acordo com a autora, o núcleo de quantitativistas do IBGE restringia-se a um número muito reduzido de pessoas, entre outros motivos pela centralização do próprio Faissol.

Vale também ressaltar a ligação estreita com o Departamento de Geografia da UFRJ, na medida que alguns indivíduos ilustres atuaram nestes dois espaços como Maurício de Almeida Abreu, Bertha Becker e Roberto Lobato Corrêa ali tornaram-se professores.

O segundo ponto importante sobre o IBGE e o traço fundamental na sua definição de Geografia é a sua relação direta com as políticas de Estado a partir de subsídios diretos para o planejamento via levantamento de dados seja no compartilhamento de tarefas com outros órgãos de governo como foi o caso do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), durante a ditadura civil-militar.

Neste sentido, a entrada da Geografia Quantitativa neste espaço aparece como uma tentativa de dar legitimidade aos geógrafos e garantir seu espaço na elaboração das estratégias de planejamento, sob o corpo de um arcabouço metodológico rigoroso e sofisticado a partir dos métodos matemáticos. Para os quantitativistas, como estratégia de afirmação, a adoção da Matemática como uma linguagem e a construção de análises baseadas em modelos e indicadores numéricos eram elementos importantes para se diferenciar e se destacar dos economistas.

Entretanto, o que a autora nos chama a atenção, e aqui está um dos pontos importantes da tese é que a palavra central destacada não é exatamente a “matemática”, mas sim o “planejamento”, posto que esse era o objeto, por assim dizer, de desejo dos geógrafos ibegeanos na medida em que ali identificavam sua razão de ser profissional como geógrafos. Não à toa, mesmo os ibegeanos que não haviam abandonado a sua formação francesa ligada a autores como Pierre George e, sobretudo, pela influência do método de hierarquização da rede urbana e delimitação de influência de Michel Rochefort, tinham como horizonte este tipo de atuação, o que é novamente explicado dada a função estratégica do IBGE. Para essas pessoas:

O planejamento é visto pelos geógrafos da época como uma oportunidade da aplicação efetiva de seu campo de conhecimento, pois consideravam a geografia uma disciplina apropriada para encampar a tarefa de planejar ações sobre o espaço. Nesse sentido, urgia uma reestruturação metodológica, tendo em vista que a descrição típica das análises regionais não mais se adequaria às novas necessidades, como a dinamização de setores improdutivos e a resolução de questões demográficas e territoriais, por exemplo. (LAMEGO, 2010, p. 88)

É em função destas características específicas que os temas principais pelos quais a produção ibegeana vai se destacar, mesmo entre os quantitativistas, serão os ligados às questões urbanas, mais especificamente, sobre a formação da rede urbana e a regionalização nos quais foram amplamente adotadas técnicas quantitativas como análise fatorial, análise de agrupamento, bem como a construção de modelos espaciais. Aqui, Lamego traz uma contribuição importante para elucidar melhor esse período que é a identificação das distintas linhas de produção entre os dois epicentros, pois o direcionamento dado pelos geógrafos rioclarenses dará-se de outra forma.

Em relação a história da Geografia Quantitativa no departamento de Geografia da UNESP-Rio Claro, Lamego aponta alguns elementos que ajudam a delimitar o contexto no qual o corpo docente da instituição, formado por geógrafos que, insatisfeitos com os recursos dados pela formação geográfica francesa, iniciam um forte movimento intelectual de busca por novas matrizes de referência teórica. A começar pela configuração do departamento formada por uma segunda geração de professores formados em Rio Claro, a partir de professores oriundos do próprio IBGE e da USP, geração composta com nomes de professores como Livia de Oliveira, Antonio Christofolletti, José Alexandre Felizzola Diniz, Antônio Olívio Ceron e Miguel César Sanchez. Ainda que de foma voluntariosa e isolada, haveria um interesse de todos os participantes das reuniões do grupo de Rio Claro, em fins da década de 60 de:

Em acompanhar, na medida do possível, o que acreditavam ser um grande passo na evolução da geografia. Naquela época, acompanhar as novidades significava depender de uma rede de circulação do conhecimento, por onde fluíam pesquisadores, livros e textos, ainda circunscrita a empenhos individuais e padecendo de consequentes defasagens no tempo. (LAMEGO, 2010, p. 161)

Ou seja, ao contrário do IBGE que, por se tratar de uma instituição estatal dotada de uma grande infraestrutura em termos de recursos e com pesquisadores que estabeleciam redes de contatos dentro e fora do campo científico geográfico brasileiro, a Geografia da UNESP-Rio Claro por deter certo isolamento institucional, carecia de instrumentos que os permitissem conectar-se ao centros onde o debate intelectual estivesse mais concentrado e avançado, ainda que por outro lado esse mesmo fator tivesse dado a esse grupo uma certa imunidade às críticas que viram durante o movimento de Renovação. Daí os esforços em buscar essas fontes de fora, como ação externa e, internamente, promover a criação de um denso cotidiano de estudos e debates acerca de temas que fossem julgados pertinentes ao desenvolvimento teórico-metodológico da Geografia. Daí o contato com autores como King, Cole, Chorley, Hagget, Berry e Marble trazidos por Livia de Oliveira em seu retorno dos EUA

Building the way

durante uma curta estadia.

Novamente aqui, Lamego aproveita a contribuição de Livingstone no que tange as especificidades locais como elementos fundamentais na construção da ciência e Latour na identificação dos agentes participantes do processo, pois a Geografia Quantitativa elaborada pelos rioclarenses se destacará entre outros aspectos, como os estudos agrários, pelo aprofundamento com a discussão teórica da Geografia, até mesmo pelo fato de que a carência de recursos como computadores para as análises fatoriais não permitiam, inicialmente, estudos voltadas para aplicações dessas técnicas.

Mais ainda, há alguns elementos próprios no projeto de entrada do quantitativismo em Rio Claro, a criação da Associação de Geografia Teórica (AGETEO) como instituição que permitisse o contato e a veiculação de trocas entre seus integrantes, a intensa rotina de debates e estudos promovidos entre AGETEO e Departamento, inclusive no domínio dos estudos teóricos sobre a Geografia Quantitativa e os métodos matemáticos.

A autora, ao descrever esses fatores e tentar compreender suas motivações é enfática ao defender que:

É possível afirmar que uma parcela do interesse em abraçar a causa quantitativa teria relação com certa posição assumida pelos geógrafos de Rio Claro em relação à tradicional escola da USP. Em outras palavras, a esperança de participar de um movimento que reescreveria a geografia humana (Sheppard, 1995, p. 228ss) pode ter sido uma das ambiciosas pretensões que catalisaram o engajamento dos geógrafos quantitativos. Mas, no caso específico de Rio Claro, some-se a tal pretensão a possibilidade, talvez nem tão alardeada, de ganhar uma notoriedade regional até então restrita aos catedráticos da USP, vislumbrando a oportunidade de se tornarem, pela primeira vez, protagonistas de uma história. (LAMEGO, 2010, p.169)

Por fim, da mesma maneira que o no IBGE, a autora destaca que linhas são dadas como preferências pelos rioclarenses quantitativistas: a geografia agrária e a geomorfologia.

As análises morfométricas e os modelos matemáticos dela decorrentes, por exemplo, foram amplamente utilizados por Christofolletti em seus trabalhos sobre geografia física, já as curvas de Lorenz se tornaram ferramentas frequentes nos estudos sobre o espaço agrário, desenvolvidos por Diniz, Ceron e Gerardi. (LAMEGO, 2010, p. 163)

O terceiro e último ponto da autora é como se deu a origem da caricatura da Geografia Quantitativa. Na parte final da tese, Lamego remonta a trajetória da chamada Geografia Crítica, colocando-a como o seu momento de construção. As primeiras repercussões desse movimento, ou Renovação como preferimos chamar, são por ela identificadas em São Paulo a participação do núcleo AGB-Departamento como na edição n.º 51, de 1976, do Boletim Paulista de Geografia publicado pela AGB-São Paulo. Juntamente com uma série de

Building the way

modificações que vão desde a parte gráfica da revista, num formato mais moderno em comparação aos números anteriores, até o conteúdo dos seus artigos, o BPG, em seu editorial com o significativo título “Por que mudar?”

A partir daí remonta dois movimentos distintos: a) a existência de um debate já corrente em parte da comunidade geográfica que, receptiva às influências estrangeiras e suas próprias referências ideológicas, sente uma necessidade crescente de reavaliar e suas ideias e expô-las; b) a reprovação de determinados geógrafos ainda ligados a concepção clássica francesa, que desaprovavam os rumos tomados pelo grupo formado pelo IBGE de Speridião Faissol e pela UNESP-Rio Claro de Livia de Oliveira e Antonio Chistofolletti.

É a partir desse momento que a autora busca a origem da caricatura da Geografia Quantitativa. Os autores da Renovação como Milton Santos, Carlos Walter, Orlando Valverde e Manoel Correia de Andrade são interpelados e tem suas argumentações questionadas à luz dos próprios textos produzidos pelos quantitativistas, chegando à conclusão de que:

Não havia por parte dos críticos um conhecimento adequado das técnicas quantitativas, tampouco das proposições teóricas alentadas pelos geógrafos que aderiram ao quantitativismo. Este entendimento bastante superficial do projeto quantitativista seria o responsável pelos equívocos cometidos, especialmente aqueles voltados ao entendimento da utilização das técnicas quantitativas e da matemática. (LAMEGO, 2010, p. 229)

Destes, Milton Santos é tido como o crítico mais ferrenho da Nova Geografia, atestando inclusive a ela a razão do atraso no desenvolvimento da Geografia. Em seguida, Manoel Correia de Andrade é tido como um crítico moderado, até mesmo pela sua certa proximidade com os geógrafos de Rio Claro. Por fim, Carlos Walter e Orlando Valverde, com destaque para este último, são considerados como críticos onde o elemento ideológico aparece de forma mais explícita. De qualquer forma, Lamego aponta nestes autores que:

A crítica da geografia quantitativa se ateve ao caráter ‘ideológico’ que associou ao movimento, não estando em acordo, por exemplo com o movimento reflexivo empreendido pelos próprios quantitativistas. O que sugere, por sua vez, que a crítica ignorou tal movimento reflexivo. O que se viu é que foi a crítica quem fez a associação da geografia quantitativa com o regime militar em argumentos que procuravam associar o uso da matemática às práticas do regime. (LAMEGO, 2010, p. 229)

Por fim, Lamego finalmente delimita os elementos discursivos principais que, segundo ela, seriam os responsáveis pela elaboração da caricatura para Lamego, de forma geral, estão voltados:

a) ao arcabouço teórico da geografia quantitativa brasileira, marcada pela a

Building the way

coexistência de diversas matrizes da geografia brasileira que permitiu interpenetrações teóricas que originaram uma geografia quantitativa híbrida, se comparada à de língua inglesa;

b) Em relação às práticas atribuídas aos quantitativistas. Novamente, as interpenetrações metodológicas fizeram, por exemplo, com que a prática do trabalho de campo – atribuída à geografia tradicional – se somasse às práticas da geografia quantitativa, notadamente a aplicação de técnicas quantitativas, não havendo nenhum exclusivismo da técnica;

c) Sobre a posição da geografia quantitativa brasileira na história do pensamento geográfico nacional e na relação com uma ciência exata como a matemática. Em primeiro lugar, o que se pretendia não era exatidão, mas sim rigor. Em segundo, porque não existe de modo algum a relação direta que os críticos da geografia quantitativa pressupõem entre matemática e postura acrítica. O problema da aplicação da matemática à geografia não reside na matemática propriamente dita. Portanto a aplicação da matemática à geografia não foi, forçosamente, uma empresa malsucedida.

Compreendemos que a ideia de caricatura envolve o desenho de um indivíduo, acentuando e ridicularizando suas características com o objetivo do humor. De certa forma, podemos compreender como uma visão apresentada dentro do movimento de Renovação. Entretanto se, para Lamego, esses aspectos foram dados pela Renovação cabe destacar que tais não são possíveis de serem compreendidos fora da conjuntura da época e não podem ser considerados gratuitos da mesma forma que a questão do planejamento pode ser considerada fundamental para a compreensão da Geografia Quantitativa.

Nesse sentido, trata-se de uma história da Geografia Quantitativa que traz elementos importantes sobre esse momento da Geografia, porém é impossível não identificar a defesa dos quantitativistas ao longo do texto, a tal ponto que nos leva a seguinte pergunta: até onde a defesa da construção de uma caricatura, ou seja, o que a autora chama de crítica da crítica da Geografia Crítica não significa uma tentativa de amenizar as pertinências das críticas feitas à Geografia Quantitativa e, em última análise a própria Geografia Crítica ou Renovação enquanto movimento?

Compreendemos, enfim, que o grande mérito da tese de Lamego e sua verdadeira contribuição é a possibilidade de abrir efetivamente a caixa preta da Geografia Quantitativa. Pensamos que só após isso poderemos, finalmente, fazer a da própria Geografia Crítica.